

Capilaridade religiosa e representatividade feminina: a atuação da IEADAM na reconfiguração da política municipal amazonense (2024)

Religious capillarity and female representation: IEADAM performance in the reconfiguration of amazonian municipal policy (2024)

Fatima Medianeira Flores de Vargas¹

José Fábio Bentes Valente²

Franci Flores de Vargas³

RESUMO

Este artigo analisa o processo de consolidação da Assembleia de Deus no Amazonas e a configuração da IEADAM como projeto religioso-político. O objetivo é investigar a evolução histórica da denominação e a ampliação da representatividade feminina nas eleições municipais de 2024. Metodologicamente, emprega-se uma abordagem qualitativa de caráter histórico-sociológico, fundamentada em levantamento documental e análise de dados eclesiais do pleito de 2024. Os resultados revelam que a IEADAM opera um modelo híbrido de poder, integrando liderança carismática, educação e comunicação para converter capilaridade territorial em influência pública. Observa-se uma transição na participação feminina, que migra de um papel instrumental para um protagonismo institucional, evidenciado pela ocupação de cadeiras legislativas e suplências estratégicas. Conclui-se que o vetor de gênero reconfigura a geopolítica regional através de agendas de cidadania e fortalecimento institucional.

Palavras-chave: Pentecostalismo; IEADAM; Capilaridade religiosa; Representatividade feminina.

ABSTRACT

This article analyzes the consolidation of the Assemblies of God in Amazonas and the configuration of IEADAM as a religious-political project. The objective is to investigate the denomination's historical evolution and the expansion of female representation in the 2024 municipal elections. Methodologically, a qualitative historical-sociological approach is used, based on a documentary survey and analysis of ecclesiastical data from the 2024 polls. Results reveal that IEADAM operates a hybrid model of power, integrating charismatic leadership, education, and communication to convert territorial capillarity into public influence. A transition in female participation is observed, moving from an instrumental role to institutional protagonism, evidenced by the occupation of legislative seats and strategic alternates. The gender

¹ Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Diretora Acadêmica da Faculdade Boas Novas (FBN). E-mail: fatima.vargas@fbnovas.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4758-2285>

² Mestre em Ciências da Religião pela Faculdade Unida de Vitória (FUV). Faz Doutorado em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Coordenador dos Cursos de Graduação de Ciências Teológicas e Licenciatura em Ciências da Religião da Faculdade Boas Novas (FBN). E-mail: prof.fabiovalente@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7624-5261>

³ Doutora e Mestre do Programa de Pós-Graduação em Clima e Ambiente-INPA/UEA. Coordenadora de Pesquisa da Faculdade Boas Novas (FBN-AM). E-mail: franci.fvargas@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9940-6470>

vector reconfigures regional geopolitics through citizenship agendas and institutional strengthening.

Keywords: Pentecostalism; IEADAM; Religious capillarity; Female representation.

Introdução

O centenário do Pentecostalismo no Brasil, celebrado em 2011, motiva uma revisão crítica dos processos de enraizamento regional e da crescente projeção pública do movimento. No Amazonas, onde a Assembleia de Deus se estabeleceu a partir da década de 1917, observa-se um percurso singular, a expansão por circuitos ribeirinhos e extrativistas, liderança flexível e posterior institucionalização de uma denominação com expressivo crescimento, com presença territorial, midiática e política. Dados do IBGE (2022) indicam que 39,5% da população amazonense se declara evangélica, colocando o estado entre os cinco com maior proporção do país.

Este artigo objetiva reconstituir, com base em fontes históricas e bibliográficas, o processo de implantação e consolidação da Assembleia de Deus no Amazonas e analisar a conformação contemporânea da IEADAM como projeto religioso-político, com ênfase nas eleições municipais de 2024 e no aumento da participação feminina, mapeado no arquivo “Resultado das Eleições 2024 – Dados Eclesiásticos – IEADAM” (IEADAM, 2024).

Mobilizamos a noção weberiana de dominação carismática e racional-legal para compreender a institucionalização do carisma; os conceitos de poder simbólico (Bourdieu, 2011) e hegemonia (Gramsci, 2001) para situar a disputa por legitimidade no espaço público; e contribuições da antropologia da religião e da comunicação (Geertz, 2008; Eliade, 2001; Cunha, 2016) para interpretar a integração de mídias à gramática pentecostal. Dialogamos com a literatura sobre evangélicos e política (Freston, 1994; Machado, 2015; Quadros, 2020). A hipótese sustenta que a IEADAM opera de forma híbrida na qual carisma pastoral e rede midiática convertem capilaridade territorial em influência pública, hoje, com uma frente feminina em expansão.

Metodologicamente, trata-se de análise qualitativa, histórico-sociológica, ancorada em corpus documental (relatos, periódicos, registros institucionais) e no anexo com resultados eleitorais de 2024 (IEADAM). Essa análise contribui com a evidência da especificidade amazônica do pentecostalismo assembleiano, demonstrando o papel de comunicação na acumulação de capital simbólico e político e, por fim, qualificando a compreensão da IEADAM como ator regional-nacional, incorporando o vetor de gênero observado em 2024.

1. Os primórdios do Pentecostalismo no Amazonas: algumas considerações

O Pentecostalismo no Brasil alcançou seu centenário em 2011, remontando à chegada dos missionários suecos Gunnar Vingren e Daniel Berg à região Norte, em 1911. Desde então, essa região consolidou-se como espaço pioneiro na expansão do movimento pentecostal no país, destacando-se, ainda hoje, como uma das áreas com maior crescimento proporcional de evangélicos. Conforme dados recentes do IBGE (2022), 39,5% da população do estado se declara evangélica, ficando entre os cinco estados brasileiros com maior índice.

No estado do Amazonas, a presença pentecostal está profundamente enraizada no cotidiano da população. A influência pode ser observada em diversos aspectos da vida social e cultural, como a escolha dos nomes de bairros e estabelecimentos comerciais, bem como na expressiva quantidade de templos espalhados por cidades e comunidades ribeirinhas, evidenciando uma pentecostalidade dinâmica e difusa.

Um dos poucos registros históricos acerca da implantação e consolidação da Assembleia de Deus em Manaus foi elaborado na década de 1990 pela missionária Mirian Lins Fernandes, em sua obra *História da Assembleia de Deus no Amazonas* (1993). Segundo Fernandes, em 1917, Severino Moreno de Araújo chegou à capital amazonense vindo de Belém do Pará, com o propósito de fortalecer o núcleo pentecostal já existente. Reconhecendo, no entanto, a necessidade de um apoio pastoral mais estruturado, solicitou à Igreja de Belém o envio de um líder que pudesse assumir a direção da comunidade (Fernandes, 1993).

Atendendo a esse pedido, o casal de missionários Samuel e Lina Nyström foi enviado a Manaus, trazendo consigo o modelo organizacional da Assembleia de Deus de Belém. Assim, em 1º de janeiro de 1918, juntamente com Severino Araújo, fundaram oficialmente a Igreja Assembleia de Deus em Manaus, cuja primeira sede foi estabelecida na Rua Henrique Martins, esquina com a Rua 13 de Maio (atual Avenida Getúlio Vargas) (Câmara, 2016, p. 23).

Samuel Nyström, de origem sueca, chegou ao Brasil vindo dos Estados Unidos e tornou-se um dos pioneiros da evangelização pentecostal no Amazonas. Entre 1911 e 1930, atuou como colaborador direto de Gunnar Vingren, chegando a assumir interinamente a liderança da Assembleia de Deus no Brasil em algumas ocasiões de ausência de Vingren. Nesses períodos, Lina Nyström também exerceu papel de destaque, assumindo a liderança da Igreja em Manaus por cerca de cinco meses, quando o esposo foi convocado a retornar a Belém (Conde, 2006).

Em Manaus, o casal Nyström realizou o primeiro batismo nas águas da história da Igreja local. A cerimônia aconteceu no igarapé Mestre Chico, três meses após a inauguração do templo-sede, quando 15 pessoas foram batizadas. Após cinco anos de trabalho pastoral no Amazonas, os missionários regressaram a Belém, onde fundaram a “Escola Bíblica de Obreiros”, em 4 de abril de 1922. Essa instituição visava preparar novos líderes e missionários pentecostais para atender à crescente demanda em diferentes estados e regiões, sendo, portanto, diretamente vinculada à experiência missionária dos Nyström em Manaus (Fernandes, 1993).

Com a saída de Samuel Nyström, a Igreja em Manaus passou a necessitar de nova liderança. Inicialmente, a comunidade foi conduzida por líderes locais convertidos, até que, posteriormente, a Igreja de Belém enviou o pastor Manoel José da Penha, formado pela Escola Bíblica de Obreiros. Considerado o primeiro pastor oficial da Assembleia de Deus em Manaus, Manoel da Penha foi responsável por dar novo impulso ao movimento pentecostal na capital, ampliando a realização de cultos em diferentes localidades (Câmara, 2016, p. 29).

O impacto de seu trabalho missionário foi registrado no jornal Boa Semente, fundado por Vingren em 1919. Na edição de março de 1925, o próprio Samuel Nyström descreveu uma visita a Manaus, destacando o expressivo crescimento da Assembleia de Deus na cidade e reforçando a importância do trabalho desenvolvido na região.

[...] depois de 8 dias de viagem chegamos a Manaós, onde demoramos dois dias e assim tive a oportunidade de anunciar a palavra de Deus, duas noites. Aqui encontrei com crentes do tempo em que eu e minha esposa trabalhamos nestes lugar. Houve alegria de ambas as partes por este encontro. O irmão Manoel José da Penha está ali trabalhando na vinha do Senhor e tem visto bom resultado do trabalho (Boa Semente, 1925, p. 03).

Em outra edição do jornal Boa Semente, encontra-se o relato do pastor Manoel da Penha acerca do crescimento da Assembleia de Deus em Manaus. Ele registra:

[...] em Manaós estive 19 mezes (sic) trabalhando no campo do Mestre, muitos pecadores creram em Jesus os quaes (sic) foram batizados (sic) em água, e alguns não tinham um verdadeiro conhecimento. [...] tem recebido o baptismo (sic) no Espírito Santo. Agora estão reunindo-se na Assembleia de Deus (Boa Semente, 1925, p. 04).

Manoel da Penha exerceu o pastorado na capital amazonense entre 1923 e 1924, deixando posteriormente a liderança local. Nesse período de transição, Gunnar Vîngren nomeou José de Moraes para assumir interinamente a direção da Igreja, cargo que desempenhou durante três anos. Embora sua permanência em Manaus tenha ocorrido de forma intermitente até 1942, Moraes consolidou um trabalho relevante no processo de expansão missionária, apesar das adversidades enfrentadas (Fernandes, 1993).

O impacto dessa atuação pode ser observado no relatório de 1º de janeiro de 1925, que registrava o expressivo número de 125 congregados na Assembleia de Deus em Manaus (Câmara, 2016, p. 31). Esse crescimento não se limitou à capital, mas alcançou outras cidades do interior do Amazonas, impulsionado por trabalhadores convertidos ao Pentecostalismo que atuavam em atividades extrativistas, sobretudo na coleta do látex da borracha, circulando constantemente entre Manaus e as regiões ribeirinhas.

O irmão Martinho Medeiros viajou para o rio Purus a fim de trabalhar na extração de borracha e ali testificou de Jesus e muitas pessoas creram na Mensagem e aceitaram Jesus como Salvador. Assim, nasceu a Igreja no distante rio Purus, composta de 70 novos irmãos (Fernandes, 1993, p. 10).

O modo de expansão do Pentecostalismo no Amazonas tornou-se uma de suas marcas distintivas. Um exemplo disso ocorreu em 1925, quando o pastor José de Moraes percorreu o rio Purus, visitando comunidades ribeirinhas e cidades ao longo da calha, onde batizou pessoas que já haviam sido evangelizadas por seringueiros. Cada batismo representava, de maneira oficial, a incorporação de novos membros à Assembleia de Deus. No mesmo ano, em Autaz-Mirim, Moraes batizou um novo convertido e o deixou responsável pela condução do trabalho missionário local, evidenciando que, naquele contexto, não se exigia formação educacional ou teológica formal para assumir a liderança de uma missão pentecostal.

Em 1926, a evangelização alcançou o rio Juruá, no município de Envira (Fernandes, 1993, p. 10). Apesar da brevidade dos relatos, fica evidente a urgência na expansão da Igreja, tanto na capital quanto no interior, conduzida principalmente por indivíduos das camadas sociais mais humildes da Amazônia – caboclos, ribeirinhos e seringueiros. Essa forma de evangelização e a proposta de uma religião acessível e inclusiva, contribuiu para a consolidação da presença pentecostal no território amazonense. Atualmente, a Assembleia de Deus mantém presença física e influência política em todos os 62 municípios do Estado.

Na capital, José de Moraes inaugurou um novo templo na Rua dos Andradas, esquina com a Rua Munducurus, local que serviu como sede por determinado período. A construção de templos constituía um desafio para os pastores assembleianos em Manaus, já que demandava recursos e mão de obra, mas também simbolizava a solidez institucional e o crescimento da membresia. Moraes permaneceu na liderança até 13 de agosto de 1927, quando foi substituído pelo pastor Josino Galvão de Lima, vindo de Óbidos (PA). Durante sua gestão, Galvão transferiu a sede para a Avenida Floriano Peixoto, esquina com a Rua Dr. Adriano Jorge.

Com o retorno de José de Moraes em 1929, foi iniciada a construção de uma nova sede da Igreja, em terreno doado por uma recém-convertida, situado na Praça Visconde do Rio Branco, nº 8-A (atual Rua Duque de Caxias, nº 34). A edificação, erguida com recursos dos próprios fiéis, era simples: uma pequena casa de madeira, pintada de branco com detalhes em azul e coberta de palha. Esse templo foi inaugurado em 31 de dezembro de 1929, tornando-se o primeiro espaço oficial da Assembleia de Deus em Manaus (Fernandes, 1993, p. 11).

No ano seguinte, em agosto de 1930, José Floriano Cordeiro assumiu o pastorado em Manaus. Sua atuação foi marcada pela reforma do templo-sede, que substituiu as coberturas de palha por zinco e reforçou a estrutura de madeira. Além disso, Cordeiro expandiu a missão para as cidades de Tabatinga e Benjamin Constant. Apesar do empenho, sua saúde debilitada – agravada por episódios recorrentes de pneumonia – resultou em seu falecimento após apenas três anos de ministério no Amazonas (Fernandes, 1993, p. 13). O missionário sueco Nels Julius Nelson registrou o trabalho de Cordeiro, destacando a sede espiritual da população amazonense e a carência de obreiros para atender à vasta região.

Entre 1933 e 1942, a Igreja em Manaus foi liderada sucessivamente por José Bezerra Cavalcante, José de Moraes (em sua quarta passagem pela capital), José Menezes e José Marcelino da Silva. Nesse período, destacou-se o pastor Deocleciano Cabralzinho de Assis, que iniciou a construção do templo de alvenaria. A nova sede, inaugurada em 24 de outubro de 1944, tinha capacidade para 500 pessoas e contou com a participação ativa da comunidade, que se envolveu diretamente no processo de edificação (Fernandes, 1993).

Um dos nomes mais significativos no pastorado amazonense foi Alcebíades Pereira Vasconcelos, cuja liderança ocorreu em duas etapas: de 1949 a 1952 e, posteriormente, de 1972 até sua morte em 1988. Vasconcelos exerceu não apenas a presidência da Igreja em Manaus, mas também protagonizou a história nacional da Assembleia de Deus, alcançando a presidência da Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil (CGADB) em 1987, função que exerceu até seu falecimento. Sua trajetória foi marcada pela atuação em instâncias administrativas e de comunicação da denominação, como secretário da Convenção Geral, diretor da Casa Publicadora das Assembleias de Deus (CPAD), membro da diretoria da Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) e do Comitê Pró-Evangelização Mundial. Foi ainda redator do Mensageiro da Paz, importante periódico da denominação.

No Amazonas, Vasconcelos fundou o Instituto Bíblico da Assembleia de Deus no Amazonas (IBADAM), em Manaus, que posteriormente deu origem à Faculdade Boas Novas, tendo a Teologia como seu curso central. Reconhecido nacionalmente, pastoreou também igrejas em estados como Maranhão, Pará, Piauí e Rio de Janeiro, sendo considerado “um dos maiores líderes da história das Assembleias de Deus no Brasil” (Araújo, 2011, p. 407).

Embora Vasconcelos não tenha sido um articulador direto da inserção política da Assembleia de Deus no espaço público, sua gestão ocorreu no período pré-constituente de 1986, quando os evangélicos passaram a se organizar com maior intensidade no cenário político nacional (Freston, 1994). Esse processo seria intensificado após sua morte, em 1988, quando Samuel Câmara assumiu a presidência da Igreja no Amazonas.

Samuel Câmara, iniciado no pastorado ainda jovem sob a orientação de Vasconcelos, presidiu a Igreja entre 1988 e 1997. Sua gestão foi marcada pela reestruturação ministerial, pela ampliação de templos e congregações, pelo fortalecimento do ensino teológico e pela ousada aquisição de meios de comunicação, como rádio e televisão, em um contexto no qual a Assembleia de Deus ainda mantinha reservas doutrinárias quanto ao uso das mídias.

Durante a gestão do pastor Samuel Câmara, a inserção institucional da Igreja nos espaços públicos passou a ser sistematicamente delineada como um projeto político articulado, configurando o início de um processo de organização, expansão e consolidação dessa presença na esfera pública. A partir desse marco, observa-se um movimento progressivo de fortalecimento e ampliação da atuação eclesial, que passou a integrar de forma mais coesa as dimensões religiosa, social e política.

A sucessão de liderança pelo pastor Jonatas Câmara, irmão de Samuel Câmara, representou a continuidade estratégica do projeto, com ênfase no fortalecimento da influência política e institucional da Igreja. Sob sua presidência, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM) consolidou-se não apenas como a maior denominação pentecostal do Estado, mas também como uma das mais expressivas instituições religiosas da Região Norte, assumindo a participação e liderança no cenário religioso e sociopolítico. A gestão de Jonatas também ampliou o programa de educação teológica, resultando no fortalecimento da Faculdade Boas Novas e na adoção do modelo de evangelização por células, voltado ao discipulado em pequenos grupos domésticos.

Dessa forma, a trajetória da Assembleia de Deus no Amazonas, desde os primeiros batismos realizados por seringueiros no início do século XX até a consolidação de uma denominação com forte presença política, educacional e midiática, expressa o dinamismo e a plasticidade do Pentecostalismo na Amazônia. Esse processo, iniciado nas margens dos rios e seringais, projetou-se em escala regional e nacional, alcançando também visibilidade internacional, sobretudo a partir da liderança de figuras como Alcebíades Vasconcelos e os irmãos, Samuel e Jonatas Câmara.

2. A IEADAM e seu projeto religioso-político

Esta seção analisa o projeto religioso-político da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM). A análise parte da compreensão de que a IEADAM, como uma das maiores instituições pentecostais da Região Norte, consolidou-se como força não apenas religiosa, mas também política, estruturando mecanismos de atuação capazes de influenciar diretamente o espaço público, o cenário político do estado e a vida cotidiana de seus fiéis.

Trata-se de uma reflexão que se fundamenta na noção de rede social, conforme proposta pelos autores, Faria et al. (2017), como estrutura formada por símbolos, crenças e linguagens que sustentam vínculos de coesão. A rede de atuação se materializa na IEADAM,

através da liderança da família Câmara, que articula religião e as agências, política, comunicação e educação.

O pastor Samuel Câmara, ao adquirir a Rede de Comunicação Boas Novas (RBN), em 1993 e ao fundar a Convenção da Assembleia de Deus no Brasil (CADB), em 2017, consolidou-se como elo entre as diversas frentes de atuação da IEADAM. Seu irmão, pastor Jonatas Câmara, atual presidente da IEADAM, administra mais de 350 mil membros no estado do Amazonas, enquanto Silas Câmara, atua como representante político no Congresso Nacional. Essa configuração familiar exemplifica a lógica piramidal e hierárquica apontada por Correa (2020), em que a autoridade pastoral se perpetua por meio de lideranças carismáticas legitimadas pela tradição.

É fundamental compreender que a IEADAM não opera em um estágio unívoco de pentecostalidade no Brasil, pois faz parte de um ecossistema composto por múltiplos “pentecostanismos” (Campos, 2016). Essa pluralidade revela que o movimento não é uma massa uniforme; pelo contrário, o campo hoje abriga desde vertentes tradicionais até igrejas pentecostais inclusivas, que propõem diálogos distintos sobre gênero e diversidade. Reconhecer essa “pluralidade de vozes” permite enxergar que a eficiência política da IEADAM não decorre de uma ortodoxia rígida, mas de sua capacidade de traduzir a fé em uma gramática de cidadania que, embora conservadora, dialoga com as necessidades concretas de uma base fiel que já não aceita ser apenas espectadora da vida pública.

Weber (1991) descreve a dominação carismática como um tipo de autoridade sustentada pelo reconhecimento de dons extraordinários do líder. No caso da IEADAM, pastor Jonatas Câmara constitui sua imagem pública em torno de disciplina, dedicação pastoral e proximidade com os fiéis. Alencar (2010), acrescenta que o reconhecimento interno do carisma é fundamental para o crescimento do pentecostalismo, pois cria laços afetivos entre líder e comunidade. A simpatia, a acessibilidade e a postura pública tornam-se elementos performativos que consolidam sua autoridade diante dos fiéis. A figura do pastor é parte condicional da identidade Pentecostal e a motivação coletiva, estimulada nos cultos e nas campanhas políticas, é essencial para mobilizar a membresia em torno dos objetivos propostos (Miranda, 1999).

O desafio da compra da Rede Boas Novas marca um ponto de inflexão na história da IEADAM e da liderança carismática da família Câmara. A televisão e o rádio, antes considerados instrumentos profanos pela própria AD, foram ressignificados como veículos divinos de evangelização (Eliade, 2001). Sobre esse fenômeno, Cunha (2016) ressalta que a inserção evangélica nas mídias tradicionais, especialmente entre pentecostais, redefiniu a relação entre religião e espaço público no Brasil.

A mobilização para aquisição da emissora, a primeira da AD no Brasil, envolveu milhares de fiéis, que contribuíram com rifas e doações. Esse processo, além de fortalecer o sentimento de pertencimento, transformou a RBN em patrimônio simbólico da Igreja, capaz de representar sua identidade coletiva. Para Geertz (2008), símbolos dessa natureza são decisivos na formação cultural, pois conferem visibilidade e legitimidade ao grupo social.

Além do campo da comunicação, a educação ocupa uma posição estratégica e central no projeto institucional da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM). Nesse contexto, a Faculdade Boas Novas, mantida pela Igreja, consolida-se como um importante espaço de formação acadêmica e intelectual, abrangendo diversas áreas do

conhecimento, tais como Administração, Jornalismo, Pedagogia, Ciências Teológicas, Ciências da Religião, Direito, Psicologia e Contabilidade.

Dessa forma, a educação formal articula-se de maneira orgânica à formação religiosa, promovendo um modelo educacional integrado que visa não apenas à qualificação técnica e científica, mas também à construção de uma visão de mundo orientada por valores teológicos e éticos. Tal perspectiva contribui para a formação de lideranças alinhadas à identidade confessional da IEADAM e, de modo mais amplo, para o fortalecimento da presença e da influência da Igreja na esfera pública do estado do Amazonas, reafirmando seu papel como agente sociocultural e político de relevância regional.

No campo político, o primeiro mandato de Silas Câmara como deputado federal (1999-2003) consolidou a inserção institucional da IEADAM na esfera política partidária em âmbito nacional. Atualmente, em seu sétimo mandato como deputado, assumiu o papel de “missionário parlamentar”, defendendo os interesses da RBN e da denominação no Congresso (Souza, 2005).

A análise do projeto político da Igreja Evangélica Assembleia de Deus no Amazonas (IEADAM) evidencia mudanças importantes no cenário recente, particularmente no contexto das eleições municipais. Observa-se um aumento da participação em eleições de diversas prefeitas e vereadoras que venceram o pleito com o apoio direto do projeto político da IEADAM, indicando um reordenamento estratégico da atuação política da denominação no âmbito local.

Esse movimento evidencia, sobretudo, uma mudança na dinâmica de participação feminina no interior do projeto político da IEADAM, ao superar a lógica meramente pragmática que anteriormente mobilizava as mulheres como estratégias eleitorais voltadas apenas à captação de votos. Observa-se, em contrapartida, a convocação das mulheres para uma participação mais ativa e reflexiva, orientada à formulação conjunta de agendas políticas que abordam temáticas específicas do público feminino, como os direitos das mulheres e a cidadania feminina, além de sua inserção em pautas públicas de caráter amplo.

Considerando que as mulheres representam aproximadamente 65% do contingente de fiéis das igrejas evangélicas, essa ampliação de seu protagonismo político contribui para tornar o processo eleitoral mais representativo e democrático, ainda que se reconheça a existência de desafios e avanços necessários para a consolidação de uma efetiva igualdade de gênero na esfera política e institucional.

A articulação entre religião, comunicação, educação e política torna-se, assim, um tripé de sustentação da influência assembleiana no Amazonas. Portanto, a IEADAM constitui-se como projeto religioso-político articulado e sustentado por três pilares principais: a liderança carismática, a mobilização em rede e o uso estratégico da comunicação e da educação. A combinação desses elementos possibilitou que a participação ir além os limites da esfera religiosa, assumindo papel ativo no cenário político e social da Região Norte.

Mais do que uma instituição de fé, a IEADAM representa um modelo híbrido de poder, capaz de organizar identidades, legitimar lideranças e projetar-se no espaço público. O carisma, conforme Weber (1991), continua sendo a chave explicativa da adesão e participação dos fiéis, mas é a articulação entre comunicação, política e educação que garante a perenidade e a expansão do projeto assembleiano na Região Norte.

3. Nova ênfase: A atuação feminina em 2024

Os dados do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (2024), do pleito Municipal de 2024 mostram incremento da participação feminina nas cadeiras para vereadoras, com vitórias e suplências em municípios relevantes. Identificamos, entre os casos destacados:

- São Sebastião do Uatumã: Izanete Cursino (“Professora Netinha”, PMB) — eleita, 172 votos.
- Uarini: Maria Gorethe (PSD) — eleita, 331 votos; composição de bancada com Gilson Ferreira (PT, 366) e Emir Bessa (PP, 288), sinalizando espaço para agendas transversais.
- Silves: Waldecides (“Ver. Jack”, Republicanos) — eleito, 248 votos; a disputa local exhibe competitividade conjunta com candidatura de Chilton Neves (226, suplência), num ambiente com mobilização feminina visível no entorno e nas chapas concorrentes.
- Barcelos: Francineide da Silva (Neide Silva, PL) — suplência, 250 votos, com desempenho competitivo e presença ativa em base assembleiana.
- Careiro da Várzea: bloco apoiado registra múltiplas suplências; a “Professora Cinderlane (Cidade)” obtém 193 votos (suplência), compondo o repertório feminino local.
- Manaus (capitais simbólicos e redes): candidaturas masculinas eleitas (Joelson Silva, Roberto Sabino, Mitoso Jr.) coexistem com estruturas de apoio e mobilização femininas (conselhos tutelares e núcleos), projetando quadros de base para pleitos futuros.

Outros municípios evidenciam candidaturas de mulheres com desempenho relevante, ainda que nem sempre com vitória: exs. atuação de base em Iranduba (suplências) e presença feminina em coordenações regionais e chapas no Baixo/Médio Amazonas.

No pleito de 2024, foram 39 cadeiras (entre 65 mapeadas) ocupadas por nomes da base assembleiana no Amazonas, distribuídas em partidos como Republicanos (maior contingente), PSD, MDB, União, PMB, entre outros. Nesse conjunto, há consolidação de um “núcleo feminino” que se traduz em mandatos e suplências, com capilaridade em calhas distintas (Médio Amazonas, Baixo Amazonas, Purus e Solimões). Embora a planilha não traga uma coluna de sexo, a identificação pelo prenome/descriptor permite aferir o incremento da presença feminina em postos decisórios municipais.

Assim, a leitura do projeto religioso-político da IEADAM em 2024 deve incorporar o vetor de gênero: além de mobilizar a maioria feminina da membresia (estimada em cerca de 65% nas igrejas evangélicas), observa-se a tradução dessa base em candidaturas competitivas e mandatos. Esse reordenamento confirma a inflexão descrita no texto — da participação instrumental para a participação programática —, com agendas de direitos e cidadania feminina em pauta local.

Em 2024, no nível municipal, a planilha IEADAM registra 39 vereadores no estado, sinalizando uma capilarização assembleiana nesse pleito. Nesse mapa, a presença feminina ganha relevo em municípios do interior e do entorno metropolitano (ex.: Izanete Cursino, Maria Gorethe, Waldecides, Francineide/Neide e “Professora” Cinderlane), consolidando um campo de lideranças que tende a repercutir em disputas majoritárias futuras e em formação de bancadas temáticas.

Cabe destacar que a ascensão das candidaturas femininas no pleito de 2024 não deve ser interpretada como um fenômeno isolado, mas como o amadurecimento de uma estratégia de ocupação de espaços que vai além do trabalho assistencial das congregações. Historicamente, segundo Machado (2015), a participação da mulher evangélica na política brasileira foi marcada por uma atuação "invisível" ou de suporte às lideranças masculinas. Entretanto, os dados do Amazonas revelam uma transição para o que se define como protagonismo institucional. Ao converter o capital social acumulado em capital político eleitoral, essas lideranças rompem com a lógica da domesticidade religiosa, inserindo-se formalmente na disputa pelo Poder Legislativo municipal.

Nesse contexto, a expressiva votação de figuras como a Professora Netinha em São Sebastião do Uatumã e Maria Gorethe em Uarini, demonstra que a capilaridade da IEADAM nos municípios do interior funciona como uma estrutura de oportunidade política. Essa mobilização fundamenta-se no que Cunha, Lopes e Lui (2017) denominam de legitimidade carismática e técnica, em que essas mulheres exercem em suas comunidades, unindo a identidade confessional à competência profissional, como no caso das candidatas oriundas do setor educacional. A rede de apoio mútua observada nas calhas dos rios Solimões e Amazonas sugere, portanto, que a igreja atua como um partido de fato, oferecendo a logística e o selo de confiança necessários para a viabilização de nomes que, fora do ambiente religioso, dificilmente teriam acesso aos recursos partidários tradicionais.

Concomitantemente, a análise das suplências em municípios como Barcelos e Careiro da Várzea indica a formação no que denominamos de "banco de reservas" estratégico para futuras coalizões. Ainda que a vitória direta não tenha sido alcançada em todos os casos, o desempenho competitivo de Francineide da Silva e da Professora Cinderlane sinaliza que o eleitorado conservador está cada vez mais propenso a delegar representatividade a mulheres que partilham de sua cosmovisão. Sob essa ótica, a suplência deixa de ser um resultado negativo para tornar-se um indicativo de densidade eleitoral, permitindo que o núcleo feminino da IEADAM mantenha influência direta nas negociações com os Executivos locais e nas articulações das câmaras municipais.

Ademais, é imperativo destacar que a "participação programática" mencionada anteriormente reflete a construção de uma agenda que harmoniza valores tradicionais com demandas específicas de cidadania feminina. Segundo Reis (2012) e Teixeira (2018), diferente de um feminismo que reverbera por um espectro não fundamentalista, o engajamento dessas parlamentares e suplentes no pleito 2024 foca na defesa da família como política pública, abrangendo desde a proteção da infância até o suporte a redes de assistência social. Esse reordenamento discursivo permite que a IEADAM mobilize sua base majoritariamente feminina, que compõe cerca de 65% da membresia, sem gerar rupturas com a hierarquia eclesiástica, transformando a pauta de gênero em uma ferramenta de fortalecimento do projeto teocrático-democrático da instituição.

No caso específico de Manaus, a manutenção de mandatos masculinos apoiados por estruturas de mobilização femininas revela uma divisão técnica do trabalho político. Enquanto os eleitos Joelson Silva e Roberto Sabino consolidam a face pública e institucional da igreja na capital, os núcleos de conselhos tutelares e as coordenações de bairro, predominantemente femininos, funcionam como a engrenagem de base. Essa simbiose sugere que o crescimento das candidaturas próprias de mulheres em 2024 é a fase preparatória para uma futura renovação de quadros, onde o domínio das redes de cuidado e

assistência social será o principal diferencial competitivo em pleitos majoritários de âmbito estadual.

Nesse aspecto, o resultado das eleições de 2024, com a eleição de 39 mulheres pela base da IEADAM, é um marco que desafia o preconceito de que o pentecostalismo tradicional seria um impeditivo para a ascensão feminina na política. Esse fenômeno demonstra que a capilaridade da denominação no interior do Amazonas funciona como uma estrutura de oportunidade, onde a rede de cuidado e a solidariedade das congregações se transmutam em capital eleitoral legítimo. Surge aqui o que podemos chamar de “agenda de cidadania feminina conservadora”: um movimento onde essas lideranças buscam o poder para proteger a família e a infância, utilizando sua posição institucional para dar escala a projetos que antes eram restritos ao assistencialismo eclesialístico.

Contudo, para que esta análise não incorra no erro de essencializar a “mulher evangélica amazônica”, precisamos encarar a “mulher” não como uma categoria homogênea, mas como um sujeito atravessado por múltiplas realidades. É imperativo perguntar: quem são, de fato, essas 39 vereadoras eleitas? O silêncio sobre o recorte étnico-racial é uma lacuna que precisamos assumir, pois as lutas e as agendas de uma parlamentar branca em Manaus são profundamente distintas das vivências de uma liderança negra, parda ou indígena em municípios ribeirinhos e de fronteira. Sem considerar, como afirmam Reis e Teixeira (2023), como raça, classe e território moldam o exercício desse poder, corremos o risco de ignorar as desigualdades estruturais que a própria interseccionalidade busca evidenciar.

Cabe destacar a distribuição dessas 39 cadeiras assembleianas entre partidos de centro e direita, como o Republicanos e o PSD, ratificando a pragmática política da liderança da IEADAM no Amazonas. A consolidação deste núcleo feminino parlamentar, segundo Machado (2005), oferece à igreja uma posição de barganha qualificada frente ao governo estadual e às prefeituras, permitindo a interiorização de políticas públicas coordenadas por essas novas lideranças. O cenário pós-2024 aponta, assim, para uma institucionalização do voto confessional feminino, que deixa de ser apenas uma massa de manobra estatística para se configurar como um eixo decisório na geopolítica do Amazonas, com potencial para reconfigurar as bancadas temáticas e as agendas de direitos no Norte do país.

Considerações finais

A investigação histórica revela que a capilaridade da Assembleia de Deus no Amazonas não é um fenômeno fortuito, mas o resultado de um enraizamento centrífugo iniciado nas primeiras décadas do século XX. O movimento, que encontrou terreno fértil nos circuitos ribeirinhos e extrativistas, demonstrou uma plasticidade singular ao converter o isolamento geográfico em uma rede de solidariedade e identidade coletiva.

Essa base histórica, forjada entre seringais e comunidades isoladas, constituiu o capital social necessário para a posterior institucionalização de uma denominação que hoje transita com vigor entre a espiritualidade e a política partidária. A transição do carisma pioneiro para a estrutura burocrático-legal contemporânea evidencia uma adaptação estratégica às demandas da modernidade e do espaço público amazonense.

A consolidação da IEADAM como um ator político de relevância regional-nacional fundamenta-se na articulação de um tripé estratégico composto por comunicação, educação

e liderança carismática. A gestão da família Câmara operou uma ressignificação dos meios de comunicação, transformando a Rede Boas Novas em um patrimônio simbólico que confere visibilidade e legitimidade ao grupo perante a sociedade.

Simultaneamente, a inserção no campo educacional, por meio da Faculdade Boas Novas, garante a formação de quadros técnicos e intelectuais alinhados à cosmovisão assembleiana. Esse modelo híbrido de poder permite que a instituição exerça uma influência que vai além do âmbito eclesiástico, moldando comportamentos e orientando o voto de uma parcela significativa da população.

O pleito municipal de 2024 revela uma inflexão significativa na dinâmica de participação política da denominação, marcada pelo incremento qualitativo e quantitativo do vetor de gênero. Observa-se a superação de uma lógica puramente instrumental, na qual as mulheres eram mobilizadas apenas como captadoras de votos, em favor de um protagonismo institucional e programático.

A eleição de candidatas como a Professora Netinha e Maria Gorethe sinaliza que a base feminina, que compõe cerca de 65% da membresia, passou a reivindicar assento nos postos decisórios do Legislativo. Esse movimento rompe com a tradição da "domesticidade religiosa" e insere a pauta da cidadania feminina no cerne do projeto teocrático-democrático da instituição.

A eficácia eleitoral demonstrada nas diversas calhas de rios do Amazonas sugere que a IEADAM atua como um partido de fato, oferecendo suporte logístico e o selo de confiança eclesiástico. Ao converter o capital social acumulado nas congregações em capital político-eleitoral, essas novas lideranças femininas conseguem viabilizar candidaturas competitivas fora dos circuitos partidários tradicionais.

A distribuição de 39 cadeiras em partidos de centro e direita ratifica o pragmatismo da liderança, que busca garantir uma posição de barganha qualificada frente aos Poderes Executivos. Tal configuração permite a interiorização de políticas públicas coordenadas por essas parlamentares, consolidando a influência da igreja nos municípios do interior e do entorno metropolitano.

É imperativo notar que a agenda política dessas parlamentares e suplentes harmoniza valores conservadores com demandas específicas de assistência social e proteção da família. Diferente de um feminismo secular, o engajamento dessas lideranças foca na defesa da família como política pública, utilizando o discurso da proteção da infância e da assistência social. Esse reordenamento discursivo permite que a igreja mobilize sua maioria feminina sem gerar rupturas frontais com a hierarquia pastoral masculina, integrando o gênero como uma ferramenta de fortalecimento institucional. Assim, o protagonismo feminino observado em 2024 não deve ser visto como um fenômeno isolado, mas como o amadurecimento de uma estratégia de ocupação sistemática de espaços públicos.

A análise das suplências em municípios como Barcelos e Careiro da Várzea aponta para a criação de um "banco de reservas" estratégico que assegura a densidade eleitoral do grupo. Mesmo onde a vitória direta não foi alcançada, o desempenho competitivo de figuras como Neide Silva e Professora Cinderlane demonstra que o eleitorado conservador está propenso a delegar representatividade a mulheres.

Esse cenário de alta competitividade permite que o núcleo feminino da IEADAM mantenha influência direta nas negociações locais e nas articulações das câmaras municipais. A suplência deixa de ser um resíduo eleitoral e passa a ser tratada como um indicativo de potencialidade política para pleitos majoritários futuros no cenário estadual e nacional.

No contexto específico da capital, Manaus, a coexistência de mandatos masculinos consolidados com estruturas de mobilização predominantemente femininas revela uma sofisticada divisão técnica do trabalho político. Enquanto lideranças como Joelson Silva e Roberto Sabino ocupam a face pública institucional, os núcleos de conselhos tutelares e coordenações de bairro operam a engrenagem de base. Essa unicidade sugere que o crescimento das candidaturas próprias de mulheres é a fase preparatória para uma renovação de quadros, onde o domínio das redes de cuidado será o diferencial competitivo. A institucionalização do voto confessional feminino deixa de ser uma massa de manobra estatística para se configurar como um eixo decisório na geopolítica estadual.

Assim sendo, a trajetória da Assembleia de Deus no Amazonas demonstra que o pentecostalismo regional logrou êxito ao integrar a gramática religiosa à dinâmica de poder e representação. A capacidade de adaptação da IEADAM, que partiu das margens dos rios para o centro do debate político, evidencia a força da capilaridade religiosa como motor de transformação social. O fenômeno observado em 2024, ao elevar a participação feminina a um novo patamar de institucionalidade, redefine as fronteiras entre o sagrado e o profano na Amazônia. A igreja deixa de ser apenas um templo de oração para se tornar um espaço de articulação de cidadania, direitos e disputas por hegemonia no espaço público.

Logo, o cenário pós-2024 aponta para uma consolidação do núcleo feminino parlamentar como peça-chave nas futuras coalizões e na formulação de agendas de direitos no Norte do país. A experiência amazonense serve de laboratório para compreender como as instituições religiosas podem reconfigurar a política partidária ao oferecerem estruturas de oportunidade para grupos historicamente sub-representados.

O desafio futuro reside em avaliar como essa representatividade traduzir-se-á em políticas públicas efetivas que contemplem a complexidade das demandas femininas no território. A IEADAM, portanto, projeta-se não apenas como uma instituição de fé, mas como um modelo híbrido de poder com potencial de reconfigurar a representação política brasileira.

Referências

ALENCAR, Gedeon Freire de. **Assembleias de Deus: origem, implantação e militância** (1911-1946). São Paulo: Arte Editorial, 2010.

ARAÚJO, Isael de. **100 Acontecimentos que Marcaram a História das Assembleias de Deus no Brasil**. Rio de Janeiro, CPAD, 2011.

BOA SEMENTE. Belém do Pará, fevereiro de 1925, n. 45, p. 3. Disponível em: <https://www.relep.org.br/biblioteca-virtual>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 17. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

CÂMARA, Jonatas. **A evangelização na Igreja Evangélica Assembleia de Deus**. Dissertação (Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Teologia) – Faculdade EST, São Leopoldo, 2016.

CAMPOS, Bernardo. **El Principio Pentecostalidad**: La unidade em el Espiritu, fundamento de la paz. Salem Oregón: Kerigma Publicaciones, 2016.

CONDE, Emílio. **História das Assembleias de Deus no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2006.

CORREA, Marina. **Dinastias Assembleianas**: Sucessões familiares nas Igrejas Assembleias de Deus no Brasil. São Paulo: Recriar, 2020.

CUNHA, Christina Vital da; LOPES, Paulo Victor Leite; LUI, Janayna. **Religião e Política**: medo sociais, extremismo religioso e as eleições 2014. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, 2017.

CUNHA, Magali da. **Religião e Política**: ressonância do neoconservadorismo evangélico nas mídias brasileiras. Perseu, n. 11, 2016.

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FARIA, Guélmer Júnior A.; FERREIRA, M. da Luz A.; ROCHA DE PAU, A. M. N. A “ideia” de redes para os estudos de comunidades. **Revista Diálogos Interdisciplinares**, v. 6, n. 3, 2017.

FERNANDES, Mirian Lins. **História da Assembleia de Deus no Amazonas**. Manaus, 1993.

FRESTON, Paul. **Evangélicos na Política Brasileira**: história ambígua e desafio ético. Curitiba: Encontro, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**: volume 2. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

IEADAM. **Resultado das Eleições 2024**: dados eclesiásticos. Manaus: IEADAM, 2024. 1 planilha eletrônica. Disponível em: <https://ieadam.com.br/blog/relatorio-pastoral-2024-ieadam/> Acesso em: 13 jan. 2026

MACHADO, Maria das Dores Campos. Religião e Política no Brasil Contemporâneo: uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos. **SciELO Brasil**, São Paulo, Religião e Sociedade, v. 32. n. 2, 2015, p. 45-73. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/Lkb7sVKRK6C7vC6m5LvNzvf/?lang=pt>. Acesso em: 10 jan. 2026.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e Relações de Gênero nos Grupos Pentecostais. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2005.

MIRANDA, Júlia. Carisma, **sociedade e política**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1999.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis. **O que há de novo na nova direita?** Identitarismo europeu, trumpismo e bolsonarismo. Porto Alegre: EdIPUCRS, 2020.

REIS, Livia; TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. Pesquisa do ISER que relaciona mulheres evangélicas, cotidiano e voto é debatida em revista científica. **Religião e Poder**, 04 mai. 2023. Disponível em:

<https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-que-relaciona-mulheres-evangelicas-cotidiano-e-voto-e-debatida-em-revista-cientifica>. Acesso em: 11 jan. 2026.

REIS, Márlon. **Direito eleitoral brasileiro**. São Paulo: Alumnus, 2012.

SOUZA, Benjamin Ângelo de. **Luz câmera e Milagre!** Manaus: ed. do autor, 2005.

TEIXEIRA, Jacqueline Moraes. **A conduta universal**: governo de si e políticas de gênero na Igreja Universal do Reino de Deus. Tese de Doutorado em Antropologia Social da Universidade de São Paulo. USP, 2018.

WEBER, Max. **A objetividade do conhecimento nas ciências sociais**. In: COHN, G. (org.). Weber. São Paulo: Ática, 1991.

Recebido em 26/02/2026
Aceito em 13/05/2026